

Carta da República da Colômbia (1886). Acervo da Biblioteca do Congresso.



A Ação dos Assistentes Sociais nos CRAS/RJ, Território e a Política de Assistência Social entre 2004 e 2008*

Francine Helfreich Coutinho dos Santos**

Resumo: O presente artigo desenvolve uma breve análise sobre a ação dos assistentes sociais nos CRAS do município do Rio de Janeiro, seus limites e desafios. O território do Complexo da Maré – um dos maiores complexos de favelas, onde está situado o CRAS Nelson Mandela – é tratado teoricamente à luz da experiência profissional e da literatura específica, realizando uma crítica à lógica do discurso que marca as práticas do poder público nas favelas. A Política de Assistência Social da cidade é trabalhada no período entre 2004 e 2008, sob a marca da gestão municipal e sob as determinações mais amplas que as contorna. Estas deixaram marcas significativas na ação profissional do Assistente Social, foco principal desta análise.

Palavras-Chave: Trabalho Social; França; Pesquisa Social.

Abstract: This article develops a brief analysis about the social workers' action in CRAS of Rio de Janeiro, their limits and challenges. The territory of the Complexo da Maré – one of the largest compounds of slum, where CRAS Nelson Mandela is placed – is treated theoretically in the light of experience and specific literature, conducting a review of the logical discourse that marks the practices of government in the slums. The Politics of Social Attendance of the city is considered between 2004 and 2008, under the mark of the municipal administration and under the widest determinations that outlines it and that left significant marks in the social worker's professional action, main focus of this analysis.

Keywords: Social Work; France; Social Research.

Notas Introdutórias

O presente artigo tem por objetivo trazer à reflexão alguns elementos fundamentais para o debate contemporâneo acerca da inserção dos assistentes so-

.....
* Parte das reflexões desenvolvidas neste artigo foram extraídas do texto preparatório e do debate na mesa intitulada O trabalho do assistente social no CRAS, realizada no dia 3 de abril de 2009 como parte da programação do Seminário Nacional sobre o Trabalho do Assistente Social no SUAS, promovido pelo conjunto CFESS/CRESS RJ.

** Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2000). Mestre em Serviço Social pela UFRJ (2006). Doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Membro do Centro de Estudos Otávio Ianni (CEOI) da UERJ. Endereço eletrônico: francine.santos@yahoo.com.br .

ciais nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), a partir da experiência profissional no CRAS do Complexo da Maré.

A opção por essa área de investigação tem suas raízes em um conjunto de reflexões e questionamentos que vêm sendo tecidos ao longo de minha trajetória profissional e da inserção como assistente social e diretora no CRAS Nelson Mandela, da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro (SMAS/PCRJ).

O CRAS Nelson Mandela é situado em um dos maiores complexos de favelas da América Latina, o Complexo da Maré, que possui cerca de 138 mil habitantes, sendo sua população distribuída em cerca de 38 mil domicílios, das dezesseis comunidades. Em novembro de 2005, esse equipamento foi retirado do espaço da favela pela administração central, sob a alegação de ser este espaço uma área de risco, sendo transferido para fora das comunidades da Maré.

Tais reflexões se ampliam e são aprofundadas por meio da literatura sobre as questões centrais que fundamentam a lógica do discurso que marca as práticas do poder público nas favelas e sobre as políticas sociais brasileiras, sobretudo a de assistência social.

Embora a experiência carioca no âmbito da assistência social tenha uma singularidade no contexto da implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a proposta deste texto não se restringe a tal experiência. Seu fio condutor é pontuar e analisar os limites e desafios colocados ao exercício profissional dos assistentes sociais que atuam nestes espaços sócio-ocupacionais, concebidos como a “porta de entrada” dos usuários na rede de proteção social, atuando, segundo a Política Nacional de Assistência Social, como unidades de garantia da referência e contrarreferência da rede socioassistencial do SUAS e como unidades de referência para os serviços das demais políticas públicas.

Procuramos destacar as implicações deste debate sobre o *fazer profissional*, propondo contribuir para o entendimento sobre a realidade na qual o profissional de serviço social se insere. O pressuposto é de que a profícua relação entre teoria e prática como fruto de pesquisas nos oferece bases sólidas para a estruturação de ações mais eficazes que contribuam para a melhoria dos serviços prestados e para a negação do processo de subalternização a que vem sendo submetida tanto a classe trabalhadora (público central dessa política) quanto os profissionais que operacionalizam a política de assistência minimalista e por vezes autoritária.

Neste texto, trataremos de algumas incursões teóricas sobre as favelas da Maré, local este onde vivem a maior parte dos usuários da política de assistência que moram no território de abrangência do CRAS Nelson Mandela e, que por inúmeras razões, são considerados espaços apartados da cidade, onde as políticas públicas, quando existentes, estão aquém da qualidade esperada.

1. Política de Assistência Social no Município do Rio de Janeiro: Breve Retrospectiva do Período de 2004-8

Ao nos debruçarmos sobre a temática referente ao exercício profissional nos CRAS na cidade do Rio de Janeiro, cabe sinalizar que se trata de uma experiência marcada pela relação contraditória no campo da política pública, já retratada por

Rodrigues (2007, p. 108), “por se pautar por um investimento maciço na assistência social, e responder aos autênticos reclames dos setores mais críticos e progressivos do Serviço Social e da sociedade brasileira; mas, por outro, uma experiência que se choca com o Projeto Ético-Político e com as conquistas alcançadas a partir da Constituição Federal de 1988”.

Neste campo repleto de contradições, no ano de 2004, quando temos a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (SMAS/RJ), mudanças significativas foram impressas no *modus operandi* da secretaria, trazendo alterações importantes para a organização do processo de trabalho no âmbito da assistência social e em consequência para o exercício profissional do assistente social. Tais mudanças iniciam-se com a modificação do nome da própria secretaria: de Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), para Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS).¹ Tal iniciativa foi apenas a primeira de várias alterações que se sucederam ao longo dos quatro últimos anos de gestão do ex-prefeito César Maia (DEM) e do Secretário Municipal de Assistência Social Marcelo Garcia. As demais se expressaram nos pontos elencados abaixo:

- Término da terceirização nos contratos dos assistentes sociais e priorização desta mesma categoria profissional nos cargos de gestão;
- Implementação, via decreto, de divisão da carga horária dos assistentes sociais, determinando: quatro horas para estudos individuais, quatro horas para reuniões de equipe, oito horas para realização de articulações institucionais e 24 horas para atendimento direto à população;
- Reorganização das unidades de atendimento da assistência social. É sabido que, até 2004, os CEMASI's (Centros Municipais de Atenção Social Integrado) eram espaços responsáveis pelo atendimento e a execução de diferentes ações que compreendiam desde atendimentos odontológicos às atividades no campo de esporte, lazer e cultura – ou seja, desenvolviam diversas ações que fugiam do campo da assistência social. Tais mudanças traduzem a possibilidade de criação de parâmetros técnicos e da profissionalização da execução da assistência social no Rio de Janeiro, como uma necessidade colocada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS);
- Término da entrega de cestas básicas, que até então era caracterizada como atribuição dos assistentes sociais;
- A ampliação significativa do corpo técnico de assistentes sociais, via concurso público, o que se caracterizou como um dos maiores avanços nesse campo no âmbito da política pública brasileira;
- Criação da Escola Carioca de Gestores da Assistência Social, que tem como objetivo central a capacitação continuada em serviço voltada a funcionários públicos municipais, prioritariamente os assistentes sociais,

¹ É inegável que a Mudança da SMDS para a SMAS contribuiu para dar visibilidade para uma política que historicamente é marcada pela subalternidade e associação ao clientelismo, à filantropia e à imprecisão de seus objetivos.

além de outros profissionais de Organizações Não-Governamentais que atuam na gestão e/ou execução da política municipal de assistência social ou outras políticas públicas. A preocupação principal desse setor é o acompanhamento do trabalho profissional daqueles que atuam no campo das políticas sociais do município do Rio de Janeiro, principalmente a de Assistência Social, configurando-se como um espaço de estudos, acompanhamento, interlocução profissional e produção sobre a prática dos assistentes sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro.

Atreladas a todas as mudanças e inovações têm-se as marcas do processo da gestão municipal – e seus equívocos, que interferiram de forma latente na organização do trabalho dos assistentes sociais, no que tange ao projeto ético-político, às condições aviltantes de trabalho, à forma arbitrária como foram implementados e conduzidos alguns projetos, aos equívocos sobre o estágio supervisionado, nas inúmeras advertências a servidores publicadas em Diário Oficial sem abertura de Inquérito administrativo, à incompreensão do objeto de trabalho do Serviço Social,² entre outros sérios problemas que marcaram esse período.

A partir de 2004, a relação dos assistentes sociais com a política de assistência social passou a ser gerenciada via Sistema Municipal de Assistência Social (SIMAS), constituindo um marco significativo na medida em que coloca os assistentes sociais da Prefeitura sob as mesmas diretrizes administrativas e técnicas, independente de sua inserção na política de assistência social. O Sistema Municipal de Assistência Social (SIMAS) é o conjunto integrado e descentralizado de todas as ações e programas sociais constituídos e implementados no âmbito da cidade do Rio de Janeiro, que tem por objetivo atuar de forma dinâmica e articulada nos níveis de planejamento, coordenação, supervisão, orientação, execução e controle das ações inerentes à Assistência Social, constituídas, em rede pelas políticas básicas³ diversificadas e integradas na lógica da Macrofunção Social.

Como prevê a Lei 3.343, de 28 de setembro de 2001, o SIMAS tem como sustentação básica dois eixos estratégicos de atuação: 1) O eixo de promoção que se caracteriza por ações viabilizadoras do acesso da população aos serviços e ações prestadas pelas políticas públicas básicas de educação, saúde, habitação, trabalho e renda, cultura, esporte e lazer e outras; e 2) o eixo de proteção, que se caracteriza por ações voltadas à eliminação do extremo risco social dos segmentos populacionais vulnerabilizados e excluídos do acesso às políticas públicas básicas. Ficaram subordinados a SMAS os mecanismos de lotação de pessoal, o estabelecimento de concursos, a construção de diretrizes para o trabalho dos assistentes sociais e dos demais

² É relevante afirmar o objeto do Serviço Social, ou seja, a questão social e suas múltiplas expressões tais como a fome, o desemprego, a doença etc., como base de fundação do Serviço Social. Ela é, conforme as palavras de Yamamoto: "o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista moderna, que tem como raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva e a apropriação dos seus frutos mantêm-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. E nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que nós assistentes sociais trabalhamos, movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade" (1997, p. 14).

³ A exemplo: Educação, Saúde, Habitação, Trabalho e Renda, Cultura, Esporte e Lazer etc.

Agentes do Sistema e de Servidores de Apoio. Essas e outras atribuições, acrescidas de um perfil de gestão bastante peculiar, corroboraram para a diminuição da autonomia dos profissionais em seu próprio exercício, bem como a degradação de condições de trabalho. Talvez estas tenham sido as mais perversas marcas do legado dessa gestão, sobretudo no que tange à organização do trabalho, visto que a centralização das diferentes ações no SIMAS materializou uma concepção de gestão orientada em uma perspectiva que reduz a ação profissional à política de assistência social.

No cenário de mudanças e transformações caracterizadas nessa gestão soma-se a retirada das favelas de diversos equipamentos públicos da assistência social, sob a alegação de facilitar o acesso da população aos serviços, em função dos muros invisíveis do tráfico de drogas. O que trouxe, por um lado, usuários que antes não acessavam os serviços, mas, por outro, a ineficiência do Estado em garantir uma política de segurança pública de qualidade nos espaços populares. Fortaleceu-se a lógica que desconsidera as favelas como parte da cidade, como um dos espaços possíveis de habitação de parcelas da classe trabalhadora, reforçando-a como lugar das “classes perigosas”, como se a maioria dos trabalhadores fosse potencialmente criminosa, quando se sabe que menos de 0,5 %⁴ dos moradores de espaços populares estão de fato envolvidos com o crime.

Atualmente, no município do Rio de Janeiro, diversos prédios públicos antes geridos pela SMAS foram abandonados e estão subutilizados ou foram repassados para ONGs e para iniciativa privada, dificultando o acesso por parte da população aos seus direitos. Constata-se que, entre 2004 e 2008, houve uma diminuição significativa de equipamentos públicos geridos pela SMAS, com o seu fechamento em territórios considerados área de risco, o que acabou por dificultar o acesso de centenas de famílias à política pública, visto que os CRAS possuem uma vasta área de abrangência, gerando dificuldades devido à distância.

Apesar de termos clareza de que a experiência do Rio de Janeiro não retrata a configuração da política de assistência na maioria dos municípios brasileiros, é válida esta breve caracterização dos avanços e limites⁵ dessa singular experiência. É preciso reconhecer, sobretudo, a qualidade do trabalho profissional a partir da ampliação do quadro de assistentes sociais. A SMAS conta com aproximadamente 1.600 (mil e seiscentos) assistentes sociais concursados com vencimentos iniciais de R\$ 2.600,00.⁶

Outro elemento a ser destacado é a ênfase na capacitação. A implantação de um setor específico para esse fim (conforme já sinalizado) e a concessão de quatro horas previstas para estudo marcam o pioneirismo da ênfase na capacitação profissional na gestão da política pública da assistência social,⁷ ainda que não desconsiderando os limites teórico-práticos impostos por uma gestão tecnocrata.⁸ Na pro-

⁴ Segundo pesquisas realizadas por alguns especialistas na discussão de favelas, como o professor e deputado Marcelo Freixo.

⁵ É sabido que uma quantidade expressiva de municípios ainda é gerido por primeiras-damas.

⁶ O que não refuta a existência de questões expressivas no campo das condições de trabalho.

⁷ Sabe-se que em São Paulo existe uma experiência similar, quando foi implantado o Espaço Público do Aprender Social (ESPASO), centro de formação vinculado à área de Gestão de Pessoas da Secretaria de Assistência Social.

⁸ Ressalta-se a existência de uma biblioteca que agrega mais de setecentos títulos nas áreas de assistência social, educação, políticas sociais, serviço social, entre outros campos do saber.

teção básica da SMAS/PCRJ, segundo pesquisa realizada pelos assistentes sociais da Escola Carioca da Assistência Social, 48% de assistentes sociais possuem especialização e 5%, mestrado. Cabe ressaltar que esses dados fazem uma diferença significativa no trabalho desenvolvido, assim como a ocupação de profissionais de nível superior concursados em cargos de gestão aponta para uma outra perspectiva de desenvolvimento da política de assistência social, que seja menos assistencialista, fragmentada e vulnerável às mudanças de governo.

2. Atuação dos Assistentes Sociais nos CRAS

Efetivamente, uma das principais questões que permeiam o exercício profissional do assistente social no âmbito dos CRAS diz respeito à ênfase no Programa Bolsa Família (PBF) como “carro chefe” da gestão, em detrimento do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

De acordo com o documento *“Orientações Técnicas para o CRAS”* (2006) publicado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o PAIF “é o principal programa de Proteção Social Básica, do SUAS” caracterizando-o como “carro chefe” para todas as ações socioassistenciais, já que os serviços do PAIF são necessariamente ofertados nos CRAS. Entretanto, as possibilidades de repasse de recurso via o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), ⁹ contribuem para uma gestão especializada na transferência de renda, uma ênfase na burocratização e no controle dos usuários via Bolsa Família, que hoje, da forma como vem sendo gestado consoante as determinações dos organismos multilaterais, – não viabiliza, ao longo da permanência do usuário no programa, a sua condição de “autonomia”. Isso requer o esforço de ler de forma crítica esse programa, que, embora tenha efeitos para a reprodução material dos sujeitos, desloca a luta pelo emprego, pelas condições de vida, e de moradia, contribuindo para conter possibilidades de conflito e dificultando a mobilização por parte dos trabalhadores atendidos pelo programa.

Dessa forma, o PBF pode ser considerado o principal elemento gerador das ações do assistente social nos CRAS e acaba orientando a organização do próprio trabalho do profissional, voltando-se à uma lógica de contenção ou de fiscalização. Tendo em vista o aumento da demanda de atendimentos em função desse projeto, o Plantão Social dos CRAS vem se configurando como um local de atendimento emergencial, contribuindo para individualizar questões que são comuns à maioria dos usuários. Não obstante, existe uma tendência teórica no âmbito dos próprios fundamentos da Política Social que individualiza o trato das expressões da questão social e atribui aos indivíduos a responsabilidade por suas dificuldades. Nas produções de Ulrick Beck, Amartya Sen e nas redações dos relatórios do Banco Mundial,

⁹ O Índice de Gestão Descentralizada (IGD), criado pela Portaria GM/MDS n. 148, de 27 de abril de 2006, é um número indicador que varia de 0 a 1 e mostra a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família (PBF) no âmbito municipal, além de refletir os compromissos assumidos pelos municípios no Termo de Adesão ao Bolsa Família (Portaria GM/MDS n. 246/05). Com base nesse indicador, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) repassa recursos aos municípios para que façam a gestão do programa. Observa-se que, quanto maior o valor do IGD, maior será o valor do recurso transferido ao município. Disponível em http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/estados_e_municipios/indice-de-gestao-descentralizada-igd/. Acesso em 15 de maio, 2009.

o foco analítico sobre a pobreza está centrado no indivíduo. Para Amartya Sen, por exemplo, “pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é co-critério tradicional de identificação da pobreza.” (2000, p. 109) Nessa perspectiva, a pobreza não estaria mais ligada à base material, à apropriação privada das riquezas socialmente produzidas, mas a uma “disfunção do indivíduo”.

A lógica das incapacidades individuais também perpassa os documentos norteadores da Política Nacional de Assistência Social. A PNAS, embora tenha sido fruto da luta de conjunto de sujeitos comprometidos com os interesses e os direitos da classe trabalhadora, reforça em alguns momentos a tese que sugere “uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas.” (PNAS, p. 7). Ou seja, reforça a perspectiva acima descrita na qual:

a pobreza aparece como um conjunto de incapacidades [...]. Por isso, a solução é a construção de habilitações. As políticas, sob tal prisma, são concebidas como instrumentos para ajudar na construção dessas habilidades que tornarão esses indivíduos “inseríveis” no padrão de sociabilidade contemporânea. (MAURIEL, 2006, p. 54).

Ademais, os desafios ora colocados trazem a emersão dos programas focados no empreendedorismo, no desenvolvimento de habilidades e competências com fins de empregabilidade, reforçando a ideia de que não existe o desemprego, mas sim pessoas sem as competências e habilidades necessárias que garantam a sua reprodução social, o que expressa a reorientação da perspectiva de proteção social proposta pelo Banco Mundial.

Com efeito, os aspectos discutidos anteriormente nos remetem a algumas indagações necessárias ao fazer profissional dos assistentes sociais, tais como:

- 1) Quem são nossos usuários? – Isso nos impõe outras perguntas: conhecemos o nosso usuário? Sabemos quem ele é? Ou temos apenas algumas noções sobre ele? Será que eles têm as mesmas necessidades? Ou homogeneizamos todos eles como mais um desvalido à procura da assistência social?
- 2) Conseguimos acompanhar de fato as famílias nos CRAS? Ou somente as atendemos pontualmente? Conhecemos de fato o território de abrangência do CRAS, ou a lógica do medo e os estereótipos e preconceitos que marcam discursos e práticas sobre as favelas nos paralisam e nos enclausuram nas estruturas dos CRAS?

De acordo com dados do governo, o Estado do Rio de Janeiro recebe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por ano, R\$ 1,65 bilhão para a execução de programas sociais. As ações nas áreas de transferência de renda, assistência social e segurança alimentar beneficiam 2,7 milhões de pessoas. O Programa Bolsa Família, maior programa de transferência de renda do país, trans-

fere por mês R\$ 40 milhões para 493,6 mil famílias do Estado do Rio de Janeiro, o que demandaria um número muito maior de profissionais e recursos financeiros para ações socioassistenciais a fim de desenvolver um acompanhamento de qualidade às famílias atendidas. Mas, ao contrário, a concentração de recursos nos programas de transferência de renda é 25 vezes maior que a destinação de recursos para os serviços socioassistenciais.

Boschetti e Salvador (2006), pesquisadores que se dedicam ao estudo do orçamento público, em suas recentes análises sobre o período de 1999 a 2005 do orçamento e investimento da Seguridade Social no Brasil, constataam que o Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS) teve o maior crescimento entre os fundos nacionais. A destinação dos recursos desse fundo se concentra em benefícios de transferência de renda, sendo que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a Renda Mensal Vitalícia (RMV) chegam a absorver 91,67% e 89,14% dos recursos, em 2004 e em 2005 respectivamente. O estudo mostra também que o financiamento do Programa Bolsa Família é oriundo de outras receitas do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e não passa pelo FNAS, estando, com isso, fora da política de assistência social e fora do controle social dos conselhos. Outra informação importante é que, nos mesmos anos pesquisados, praticamente 90% dos recursos do FNAS ficaram comprometidos com o BPC e a RMV. Já as ações socioeducativas e protetivas atingiram o irrisório percentual de 5%. Diante disso, é possível constatar que a capacidade de desenvolvimento de projetos e programas nos CRAS está muito aquém do que é previsto na PNAS.

Segundo as reflexões de Behring expressas no seminário nacional O Trabalho do Assistente Social no SUAS, a política de assistência social ganha força institucional no momento em que cresce sua demanda. Essa é a única política que cresce na atual conjuntura, porém, mesmo percebida essa ampliação na destinação de recursos, estes são inexpressivos para o tamanho da demanda brasileira no campo assistencial.

Nesse contexto, a PNAS aponta que “são considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, socialização e ao acolhimento, em famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos”. Então, cabem os seguintes questionamentos: Onde estão sendo desenvolvidos esses programas nos CRAS do Rio de Janeiro? É perceptível aos usuários o desenvolvimento do Programa de Atenção Integral às Famílias? Quais são suas principais ações? Existem serviços para crianças de 0 a seis anos que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças? Onde estão os serviços socioeducativos para crianças e adolescentes na faixa etária de seis a catorze anos visando à sua proteção, socialização e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários? Existem centros de informação e de educação para o trabalho voltados para jovens e adultos?

Substantivamente, a experiência carioca expressa a necessidade de repensar o desenvolvimento das ações do CRAS e os limites do SUAS, sobretudo nas metrópoles. Enquanto, nos municípios de pequeno porte 1, existem ausências de recursos

e a inexistência da rede socioassistencial, nos CRAS das metrópoles as ações socioeducativas e de transferência de renda são insuficientes para a expressiva demanda.

Torna-se pertinente sublinhar também o caráter difuso das atribuições dos assistentes sociais nesses equipamentos. No Rio de Janeiro, embora as alterações previstas no SUAS fortaleçam o desenho do campo da assistência, os assistentes sociais ainda realizam atribuições que não perpassam o campo preventivo e protetivo, conforme se delinea nas ações da proteção básica.

Vale sinalizar que ações como o acompanhamento das famílias com crianças em situação de trabalho infantil ainda são desenvolvidas nos CRAS, assim como as ações no campo da Defesa Civil: o atendimento às calamidades, enchentes, incêndios, desabamentos entre outros; as visitas técnicas às instituições que pleiteiam a inscrição no CMAS e no CMDCA, que deveriam ter equipe própria para tais ações;¹⁰ mutirão de visitas domiciliares para preencher as vagas para as ONGs que executam o Projovem; “mapeamento da vigilância da exclusão”¹¹, e a abordagem à população de rua de em tempos de choque de ordem. Assim, a intervenção profissional vem sendo dissociada das ações previstas no trabalho nos CRAS,¹² violando a autonomia profissional no planejamento e no exercício do trabalho.

Discutir competências profissionais nos CRAS não é tema exclusivo dos assistentes sociais, mas de todos os profissionais que compõem o quadro desses equipamentos públicos, em especial os psicólogos, que atualmente tiveram seu mercado de trabalho expandido face às exigências impressas na NOB/RH. Esse desafio impulsionou a parceria entre os Conselhos Federais de Serviço Social e de Psicologia, que recentemente elaboraram uma publicação sobre as competências e atribuições desses profissionais. Entretanto, tais iniciativas não esgotam o debate sobre as atribuições privativas de cada um desses profissionais, haja vista que ainda é nebuloso para os usuários e para os profissionais a compreensão sobre as competências destes nos CRAS.

Outro elemento importante que ainda precisa ser trabalhado é a questão do território. Embora o SUAS faça algumas incursões sobre o temática, esta ainda é pouco difundida no âmbito do Serviço Social, tendo seus maiores expoentes na Geografia e no institutos de planejamento urbano.

A necessidade da vertente territorial é apontada pela Política Nacional de Assistência Social como um elemento a ser considerado devido à alta densidade

¹⁰ Para mais informações sobre o trabalho realizado nos conselhos e o potencial político do exercício profissional nesse espaço público, ver: Emrick, 2008.

¹¹ Segundo documentos da SMAS, o projeto Sistema Municipal de Vigilância da Exclusão (SMVE) foi iniciado em maio de 2004 pela SMAS com o objetivo de monitorar os principais problemas enfrentados pelos moradores de comunidades de baixa renda do município do Rio de Janeiro. Foi criado um Mapa da Vigilância da Exclusão (MVE), que se propôs a identificar as carências em setores básicos como saúde, educação, trabalho, segurança e habitação de cada região da cidade. Segundo dados, com o mapa é possível visualizar o Índice de Vigilância da Vulnerabilidade Social (IVVS) e traçar um panorama completo de áreas de exclusão social e que estão se aproximando do isolamento das ações públicas. Disponível em www.rio.rj.gov.br/smas/Smsmve.shtm. Acesso em 15 de maio. 2009.

¹² São considerados serviços de proteção básica de assistência social, logo para serem desenvolvidos nos CRAS, aqueles que visam à convivência, socialização e ao acolhimento, em famílias cujo vínculo familiar e comunitário não foram rompidos, tais como: Programa de Atenção Integral às Famílias; Projetos de Geração de Trabalho e Renda; Centros de Convivência para Idosos, entre outros.

populacional do país e o alto grau de heterogeneidade e desigualdade socioterritorial presente entre os 5.561 municípios. Considera-se que o princípio da homogeneidade por segmentos na definição de prioridades de serviços, programas e projetos torna-se insuficiente frente às demandas de uma realidade marcada pela desigualdade social latente. Exige-se articular o conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso.

A produção de autores como Milton Santos e Dirce Koga, que analisam e interpretam as cidades e metrópoles a partir da leitura territorial como expressão do conjunto de relações, condições e acessos inaugurados, compreende tais espaços a partir do significado dos “atores que dele se utilizam”.

Dirce Koga afirma que “pensar na política pública a partir do território exige também um exercício de revista à história, ao cotidiano, ao universo cultural da população que vive neste território” (2003, p. 25). Vale-se de que a distribuição espacial de bem e bens culturais, nas grandes cidades e metrópoles, é um retrato perverso das desigualdades sociais, já que existe uma concentração significativa de teatros, cinemas e espaços culturais nas áreas centrais dos bairros típicos de classes médias o que acaba por segregar os espaços de pobres e ricos.

3. O Território do CRASS Nelson Mandela: o Complexo da Maré

Escrever sobre o Complexo da Maré é um grande desafio, sobretudo porque os espaços das favelas são estudados atualmente por inúmeros pesquisadores, mas poucos possuem uma aproximação real com esse espaço. A inserção profissional no CRAS permitiu uma relação singular com esse território. Hoje, fala-se muito das favelas, mas com pouca propriedade sobre elas. Produz-se muito sobre tais territórios, mas com uma distância que nem sempre revela as relações sociais presentes nesses espaços.

Com a “operação revide” que vem sendo realizada pela polícia carioca desde o dia 17 de outubro de 2009, após a queda de um helicóptero no morro São João, recoloca-se em discussão o olhar e o contexto das práticas do poder público no território das favelas, sobretudo quando se trata dos resultados da política de segurança pública baseada no confronto e na criminalização da pobreza.

O Complexo da Maré, considerado um dos maiores e mais populosos espaços populares do Rio de Janeiro, situa-se entre a Avenida Brasil e a Linha Vermelha, à margem da Baía de Guanabara. Durante muitos anos, lá existiram palafitas, propiciando um contraste considerável com o entorno, já que o Complexo da Maré está razoavelmente próximo ao Aeroporto Internacional do Galeão e à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Considerada um espaço miserável, violento e destituído de condições dignas de vida, na Maré predomina a população de origem afrodescendente e nordestina, em condições socioprofissionais subordinadas e com baixa escolaridade. Abriga cerca de 132 mil habitantes, com uma média de 3,4 habitantes por domicílio,¹³ média esta que se aproxima bastante daquela obtida para o espaço nacional, regional

¹³ Todos os dados utilizados sobre a Maré foram elaborados a partir do Censo Maré 2000, realizado pelo CEASM e financiado pelo BNDES.

e municipal. Todavia, ao comparar as taxas de densidade demo-gráfica, verifica-se que o complexo possui cerca de 21.400 hab./km², enquanto o município do Rio de Janeiro apresenta uma média de 328 hab/km².

O bairro é marcado por um processo desordenado de ocupação e pela rapidez das construções verticais, em sua maioria destituídas de emboço ou qualquer tipo de acabamento. Há grande circulação de pessoas e veículos e a paisagem destaca-se pela ausência de árvores.

A população distribui-se por cerca de 44.000 domicílios e dezesseis comunidades: Marcílio Dias, Praia de Ramos, Roquete Pinto, Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiros, Vila dos Pinheiros, Novo Pinheiros, Vila do João e Conjunto Esperança. Nota-se que, no interior de algumas dessas comunidades foram constituídos outros espaços, com a chegada de novos moradores e construções de casas, como é o caso de Marcílio Dias, que hoje é subdividido em Kelson e Mandacaru.

No que concerne à infraestrutura educacional, estão instaladas na Maré dezesseis escolas públicas, sendo sete CIEPs, sete creches comunitárias, além de várias escolas privadas de pequeno porte, voltadas para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental. O Ensino Médio, cuja demanda cresce de forma acentuada, é contemplado com a oferta de dois colégios para toda a região – incluindo os bairros próximos à Maré.

A população do bairro da Maré representa 2,26% da população do município do Rio de Janeiro, segundo o Censo Maré.¹⁴ O bairro, face sua densidade demográfica, é considerado maior que 80% dos municípios brasileiros. Com mais do que 38.000 domicílios, esse número não representa a totalidade de famílias existentes no bairro, visto que se deve levar em conta os múltiplos arranjos familiares, nos quais em um domicílio é possível co-habitar mais de uma família.

A Maré pode ser considerada um espaço popular, com o predomínio das populações nordestina e afrodescendente em condições socioprofissionais subalternas e com baixa escolaridade, conforme já sinalizado. As famílias apresentam na trajetória de suas vidas a marca do desemprego, do subemprego e das condições socioprofissionais inadequadas. Outras são afetadas pela violência doméstica, pela violência policial e, principalmente, pela violência oriunda das guerras dos grupos civis armados, que, em junho de 2009, por exemplo, produziu vinte mortes¹⁵ face à guerra entre grupos nas comunidades da Vila do João e Vila dos Pinheiros.

Em favelas como a Maré, é comum a divisão de territórios de acordo com a lógica do tráfico de drogas. No município do Rio de Janeiro hoje, proliferam grupos

¹⁴ Censo realizado pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, o *Censo da Maré 2000: Quem somos nós?* registrou a presença de 132.176 residentes (em 2003) contra 113.817 totalizados pelo IBGE: uma diferença de 18.359 habitantes na população do bairro. Esse censo teve como objetivo *superar o conhecimento empírico, com a finalidade de produzir dados precisos sobre a realidade domiciliar, econômica, cultural e educacional, não só dos moradores do bairro, mas também das instituições (públicas, privadas, empresas de diversos portes) presentes na Maré ou em seu entorno.*

¹⁵ Esses dados não são revelados pela grande mídia, já que a grande imprensa não mostra.

armados de jovens que se dedicam à venda a varejo de drogas nas médias e grandes favelas da cidade. Conforme aponta Jailson Souza e Silva e Jorge Luiz Barbosa (2005), “o uso da artilharia possibilita um processo de territorialização crescente, no qual o território dominado passa a funcionar como base das atividades da quadrilha”, dificultando o acesso dos moradores a comunidades onde comandos rivais dominam o território, infringindo o direito de ir e vir.

A presença de políticas públicas de qualidade questionável atravessa o dia a dia do bairro. Esta se materializa na forma com que a polícia se apresenta, na destituição de legalização fundiária da maioria das casas, na falta de professores nas escolas e na qualidade das construções habitacionais realizadas pelo poder público, como o Conjunto Nova Maré, por exemplo, onde as casas não possuem laje, piso e são construídas com materiais de baixa qualidade. Entretanto, esse mesmo conjunto habitacional, segundo Silva e Barbosa (2005), recebeu uma premiação internacional pelo arrojo estético de sua forma arquitetônica.

Destaca-se também o fato de que famílias ainda residem em moradias confeccionadas de papelão e madeira, muito comuns na comunidade de Marcílio Dias, o que faz lembrar as palafitas existentes até há bem pouco tempo atrás. Silva e Barbosa (2005) relatam o significado da casa para as famílias de espaços populares:

Quando se trata das favelas, a habitação não se resume aos padrões hegemônicos do uso exclusivamente residencial. A casa possui outro sentido. Isto porque a habitação no cotidiano dos espaços populares exerce funções muito mais amplas do que a de uma simples residência. Uma delas está vinculada às oportunidades de geração de trabalho e renda. Nas favelas a moradia pode ter um puxadinho para frente e para trás, dando lugar a uma pequena mercearia, um bar ou um salão de beleza. Multiplicam-se as oficinas, os depósitos de bebidas, lojinhas de roupas. Todas intimamente associadas à habitação. São pequenos negócios de origem familiar que se mantêm graças ao mercado local constituído pela própria favela. [...] É desse modo que os moradores de espaços populares enfrentam o desemprego, os baixos salários e a discriminação do mercado formal de trabalho (2005, p. 97).

Outro elemento a ser considerado refere-se ao mercado de trabalho. O preconceito vivenciado no mercado formal de trabalho já começa quando o jovem menciona ser morador de favela. Em verdade, a maioria dos moradores, justamente para burlar tais códigos construídos pela cidade grande, omite ser morador da Maré e se identifica como habitante do bairro próximo: Bonsucesso. As dificuldades de inclusão no mercado também são justificadas pela baixa escolaridade dos moradores. A ausência de uma educação pública de qualidade destinada às classes populares é um dos fatores do ingresso ainda reduzido de jovens de favelas na universidade.¹⁶

¹⁶ O pré-vestibular comunitário do CEASM tem incluído aproximadamente 550 jovens em universidades públicas e particulares do Rio de Janeiro.

Entretanto a universidade não garante a inclusão no mercado. Sobre isso, Silva e Barbosa afirmam que:

A escolaridade influencia diretamente nas oportunidades futuras de emprego e renda. Os jovens de origem popular acabam tendo para si um mercado de trabalho bastante limitado pela baixa remuneração, pelas longas jornadas de trabalho e pelos contratos precários. O círculo vicioso de desigualdade social não para de funcionar. Poucos são os que conseguem rompê-lo e encontrar um caminho diferente (2005, p. 103).

As mudanças constantes de endereço também são frequentes por vários motivos, destacando-se as dificuldades socioeconômicas que fazem as famílias migrarem de um estado para outro, a exemplo da considerável população nordestina, e a guerra do tráfico, que por vezes expulsa moradores de determinadas comunidades ou ocupa suas casas quando estes se envolvem e/ou possuem parentes envolvidos nos grupos civis armados.

Há na Maré uma geração de pessoas criadas somente por mulheres. Crianças que não conheceram seus pais, seus avós, seus bisavós. A referência materna é muito forte. São as mães que estão nas filas do leite,¹⁷ nas filas dos postos de saúde, de matrícula. São elas que participam das reuniões das escolas e logo depois estão nas ruas catando latas, papelão, para garantir o almoço daquele dia. Isso não significa que tal fenômeno se resume à questão socioeconômica a que está subjugada. Algumas formulações apontam para o enfoque pobreza/família irregular, mais conhecido como família desestruturada, como algo exclusivo das classes populares, porém a presença desses novos arranjos está em toda parte, independente da classe social.

Embora pareça que o cotidiano das famílias da Maré seja marcado exclusivamente por situações adversas, existem diversos elementos constitutivos que compõem o universo material e simbólico dos moradores das favelas: a religiosidade, as crianças e suas brincadeiras, a solidariedade e as diversas manifestações culturais e artísticas, que incluem histórias de vida e modos de viver de pessoas que fazem da dura realidade uma forma de resistência. Conforme Santos nos revela, o território é “o lugar onde desembocam todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir da manifestação da sua existência” (SANTOS, 2007, p. 13)

A percepção do espaço da favela como o lugar das ausências e de situações adversas é reforçada pelos estereótipos e preconceitos que marcam o lugar. Tais discursos e práticas corroboram para que se constitua em relação àqueles territórios o que pode ser chamado de “discurso da ausência”. Nele, a favela é definida, paradoxalmente, pelo que não teria: “favela é aquele lugar que não tem acesso a serviços básicos, asfalto, escolas, postos de saúde, creches, educação, não tem regras, não

¹⁷ A fila do leite, muito conhecida nas favelas cariocas, referencia-se ao Projeto do Leite desenvolvido pelo Governo Estadual e executado pela Fundação Leão XIII.

tem lei". A afirmação desse discurso da ausência, conforme os estudos de Silva (2003) em relação aos espaços populares, revela uma representação, muito comum, de que a favela não seria constituinte da cidade. Existe o bairro, local próprio para as vivências legais e formais, e existe a favela como a não-cidade, como espaço onde não ocorreria o efetivo exercício da cidadania. A partir desse pressuposto, é elaborada uma nova série de discursos e práticas que corroboram para que, para esses espaços, qualquer tipo de políticas serve, já que estão à parte da cidade.

Segundo Diógenes Pinheiro (2003), nos espaços populares há – e sempre houve – vozes qualificadas, mas que não são ouvidas em função do discurso paternalista ou criminalizante sobre os moradores, que são vistos ora como carentes, ora como potenciais criminosos, mas poucas vezes como parceiros na construção de um destino comum para a cidade. Destaca-se a existência de múltiplas formas da indiferença nas relações sociais persistentes, mesmo com a proximidade espacial entre morro e asfalto. A superação de alguns pressupostos que sustentam os olhares dirigidos às favelas pela maioria da população e, portanto, por boa parte das autoridades públicas está posta na ordem do dia. Tais discursos, por exemplo, marcaram, como já dito, a retirada dos equipamentos públicos de assistência social de inúmeras favelas cariocas.

4. Desafios e Possibilidades da Ação do Assistente Social no CRAS

O primeiro desafio colocado ao assistente social refere-se à sua capacidade de decifrar a realidade e as condições de vida dos usuários. Isso significa não apenas conhecer o território, saber andar pelas ruas das favelas que compreendem sua área de abrangência, mas, sobretudo, compreender qual é o significado e o papel das políticas sociais públicas nesses espaços. Recentemente, uma reportagem veiculada no dia 8 de março de 2009 no jornal *O Globo* mostrava que, com a crise, existem previsões sobre mudanças no tipo de emprego, em razão da expansão do setor de serviços, em especial das atividades de assistência no campo social. Assim, a reportagem informava que um dos profissionais que teria vantagens na aquisição de uma vaga de emprego é o assistente social. Ou seja, trata-se da expansão das políticas de combate à pobreza (não só na assistência social, como também na educação, saúde, habitação etc.), nas quais o assistente social está inserido. O que nos remete a uma especial atenção para que não nos tornemos gestores da pobreza, perdendo de vista a direção do projeto ético-político profissional comprometido com a emancipação da classe trabalhadora e com o fim da desigualdade social. É preciso estar atento ao neoconservadorismo que chega hoje por meio das políticas públicas, que nega e obscurece a análise de classe, fragmentando o real.

Outro desafio é a construção de projetos de “intervenção” profissional. Por trabalharmos no sentido de atender as demandas que são prioritárias, desenvolvendo ações a fim de responder as questões pontuais e imediatas da reprodução social dos sujeitos, por vezes não conseguimos construir um projeto de “intervenção” que seja mais propositivo. É preciso ter clareza de que os objetivos profissionais não são os mesmos que os objetivos da instituição. As orientações técnicas para o trabalho nos CRAS são muito importantes, mas é preciso construir propostas de “intervenção” profissional nos espaços sócio-ocupacionais, sobretudo dialogando com o projeto ético-político.

A extensa quantidade de demandas referentes às diversas expressões da questão social – que são imediatas, amplas, difusas e complexas – traduz outro eixo importante que se torna um desafio a ser considerado, sendo necessário investir no trabalho de grupo com os jovens e com as famílias. As políticas sociais apostam na responsabilização dos indivíduos em face de sua condição de pobreza. Combater essa noção implica um ponto de suma importância, que é mostrar para os usuários a necessidade de se ultrapassar o âmbito individual para o coletivo. O grupo é um instrumento fundamental no trabalho do assistente social e, embora seja mais trabalhoso, possibilita resultados muito mais eficazes e animadores. Entendo que os sujeitos coletivos constituem organismos vivos presentes na sociedade e que as lutas sociais, políticas, econômicas e culturais podem e devem ser pautadas na produção de ações que proporcionem a essas coletividades a elaboração de uma identidade de classe.

É a partir dos interesses múltiplos dos usuários que procuram os CRAS, entrecruzados pelas demandas e necessidades “do estômago ou da fantasia” que podemos influir – via trabalho de grupo – na construção de uma identidade de classe e não de pobreza. E assim direcionar nossas pautas para uma perspectiva de formação política dos indivíduos, de desvelamento da realidade e, sobretudo, de organização em uma perspectiva classista, já que:

[...] O neoliberalismo e a restauração do capital, na sequência dos últimos trinta anos, não triunfaram sem confrontos e sem enfrentar resistências – e nada indica que, pouco perceptíveis por agora, as forças a eles contrárias tenham sido definitivamente vencidas ou estejam desaparecidas. Supor um capitalismo sem classes e sem lutas de classes é negar todo o conhecimento teórico-histórico acumulado. As resistências que foram neutralizadas nos últimos trinta anos não estão liquidadas – permanecem latentes e, nutridas pelo caráter antidemocrático, restaurador e lesivo à humanidade assumida pela ordem social contemporânea, reingressarão na cena histórica, certamente sob formas que ainda não se vislumbram, mas reingressarão pela força das novas contradições (NETTO, 2007, p. 164).

Partindo do caráter educativo inerente às ações dos assistentes sociais, a tese de Abreu (2002) pode trazer pistas importantes para o cotidiano, ao reafirmar a função pedagógica contida na prática profissional. A autora argumenta que a “ação tem um caráter educativo, inscreve-se no campo das atividades que incidem na formação da cultura, como elemento constitutivo das relações de hegemonia”¹⁸ (2002, p. 30).

¹⁸ Gramsci nos ajuda a compreender este conceito de hegemonia: “Toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, mas, entre as diversas forças que a compõem”. Althusser percebe as instituições como aparelhos ideológicos do Estado, ou seja, apenas como reprodutoras do sistema capitalista; já Gramsci acredita na disputa dentro das instituições, vê o Estado não só como um aparelho ideológico, mas como um espaço que pode e deve ser disputado.

Nesse sentido, é possível apostar também na possibilidade de contribuir no “processo de formação da consciência” da parcela da classe trabalhadora atendida no CRAS. Segundo Iasi (2007), fala-se em “processo de consciência” dos sujeitos, já que a consciência não pode ser concebida como uma coisa que possa ser adquirida e que, portanto, antes de sua posse poderíamos supor um estado de “não-consciência”. Nesse sentido, o fenômeno da consciência é compreendido como um movimento e não como algo dado. Por isso, ninguém conscientiza ninguém... Nessa linha argumentativa, os assistentes sociais podem contribuir no processo de formação da consciência dos usuários, dado que o nosso exercício profissional pode apontar para uma direção social que imprima um compromisso com a organização política dos usuários e com os movimentos e lutas direcionadas ao enfrentamento prático das inúmeras formas de violação dos direitos. Na leitura de Iasi (2007), esse processo é, ao mesmo tempo, múltiplo e uno. Cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas concepções de mundo até outras, vive subjetivamente a trama de relações que compõem a base material de sua concepção de mundo.

Ressalte-se, entretanto, que qualquer que seja a inserção do assistente social, este depende em certa medida das instituições empregadoras. As instituições tendem a organizar o processo de trabalho do assistente social e, com isso, nossa “autonomia relativa” no fazer profissional tem maior ou menor dificuldade em garantir uma direção social comprometida com os interesses da classe trabalhadora. No campo da assistência social, um bom começo é influir na criação de mecanismos que venham a garantir a participação dos usuários nos espaços construídos para fins de protagonismo e controle democrático, ou seja, os conselhos e fóruns. Os usuários da assistência social são “apartados” desses espaços como sujeitos e são sub-representados. Os usuários, com presença organizada nos conselhos, são ainda inexpressivos em relação aos trabalhadores da assistência social e representam uma parcela ínfima (numericamente) se comparados à quantidade de usuários que acessam os serviços. Nesse mesmo sentido, é preciso avançar na construção do projeto profissional numa perspectiva emancipatória, que fortaleça os nossos usuários não na condição de assistidos, mas como trabalhadores, constituintes de uma classe social que precisa e pode ultrapassar as conquistas da classe trabalhadora nos limites do Estado de Bem-Estar Social, na perspectiva da emancipação humana, com-preendida sob o prisma da superação da propriedade privada e da constituição de uma nova sociabilidade, uma “conexão ontológico-histórica entre o indivíduo liberto das alienações que brotam da propriedade privada burguesa” (LESSA, 2007, p. 47).

O SUAS aponta quicá para uma efetiva reforma do Estado e não para ruptura com a sociedade burguesa e suas formas de dominação, já que não poderia ser diferente enquanto política de Estado. Entretanto, o Projeto Ético-Político do Serviço Social ao assinalar a emancipação humana, está apontando justamente para a possibilidade de superação dessa ordem, capaz de produzir tanta desigualdade e pobreza. Marx afirma que a nova sociedade será forjada ainda nesta sociedade. Quando se fala de ideias que revolucionam a sociedade, isso quer dizer que, dentro da velha sociedade, surgem elementos de uma nova e que a dissolução das antigas ideias acompanha a dissolução das antigas condições de vida.

Considerações Finais

Para finalizar o presente artigo – sem, no entanto, pretender concluir essas análises – volto ao eixo central da proposta afirmando: não é possível realizar ações práticas desassociando-as das análises teórico-práticas, de cunho transformador. Como ressalta Iamamoto (2009), é preciso ter um discurso crítico competente, uma prática embasada em “fontes inspiradoras do conhecimento” e propositiva a partir de pesquisas, análises, planejamentos e avaliações técnicas, pois somente assim será possível, no cotidiano profissional, enfrentar o pragmatismo e a fragmentação entre a teoria e a prática e desvelar essa realidade tão adversa, sustentada num modo de organização da produção e da vida social capaz de produzir tanta contradição e desigualdade.

Penso que os profissionais de serviço social e demais que atuam nos diferentes CRAS podem e devem contribuir na erradicação de discursos e práticas que corroboram para disseminar a lógica que paira no senso comum, que aponta as favelas – *locus* da maioria dos CRAS brasileiros – como espaços apartados da cidade. “Pelo contrário, elas devem ser reconhecidas em sua especificidade socioterritorial e devem servir de referência para a elaboração de políticas públicas apropriadas a estes territórios” (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS).

Portanto, longe de uma análise fatalista, mas orientada por um pessimismo inerente à razão, acredito na importância de uma leitura criteriosa ao que está subjacente no discurso orientador das políticas sociais, já que a existência da pobreza relativa e as desigualdades são constitutivos insuperáveis na ordem do capital, sendo o principal resultado imposto com fins da acumulação, como já dizia Marx. Por isso, a impossibilidade da “porta de saída” para usuários de programas sociais executados pelo Comitê Executivo da Burguesia Financeira.

A meu ver, as portas de saída se darão somente quando o espectro que rondou a Europa em 1848 tiver as condições objetivas e subjetivas para novamente rondar. Enquanto isso, é preciso apostar na defesa intransigente do projeto ético-político e na sua capilaridade e materialização nos nossos espaços ocupacionais, para que, além da socialização de informações e da garantia de acesso a direitos, nós, assistentes sociais, por meio da dimensão educativa inerente à nossa prática profissional, possamos contribuir ao processo de emancipação humana e à construção dos valores do “homem novo”, condição para a transformação do homem “alienado” em sujeito de sua própria história, pois, como afirmou um dos líderes da Revolução Cubana, a qual no mês de abril completou cinquenta anos:

“O homem novo, deve ser necessariamente, um homem mais rico interiormente e mais responsável, ligado a outros homens por um vínculo de solidariedade real, de fraternidade universal concreta, um homem que se reconhece na sua obra e que, uma vez quebradas as correntes da alienação, atingirá a consciência pela de seu ser social, a sua total realização como criatura humana” (GUEVARA, 2003, p. 44).

Referências Bibliográficas:

- ABREU, Marina Maciel. *Serviço social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e História*. São Paulo: Cortez, 2006.
- BOSCHETTI, Ivanete e SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 87. São Paulo: Cortez, 2006, pp. 25-57.
- BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: MDS, 2004.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.
- EMRICK, G. K. Uma análise sobre a inserção dos assistentes sociais como técnicos de referência do Conselho Municipal de Assistência Social da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. UFRJ/Serviço Social, 2008.
- GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich e LASH, Scott. *Modernização reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Relações sociais e serviço social no Brasil*. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LESSA, Sérgio. A emancipação política e a defesa de direitos. *Serviço Social e Sociedade*, n. 90, São Paulo: Cortez, junho. 2007, pp. 35-57.
- _____. *Contrarrevolução, trabalho e classes sociais*. Disponível em www.sergiolessa.com. Acesso em 2 de junho. 2009.
- MAURIEL, Ana Paula Ornellas. *Combate à pobreza e (des)proteção social: dilemas teóricos das "novas" políticas sociais*. Praia Vermelha: estudos de política e teoria social. Políticas Sociais e Segurança Pública. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, vol. 14 e 15, Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, pp. 48-71.
- NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e serviço social. *Em Pauta: revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, vol. 19, Rio de Janeiro: UERJ, 2007.
- RODRIGUES, Mavi. Assistencialização da seguridade e do serviço social no Rio de Janeiro: notas críticas de um retrocesso. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 91, São Paulo: Cortez, 2007, pp. 108-22.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton e BECKER, Bertha *Território, territórios. Ensaio sobre ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, pp. 12-21.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; Gomes, P. C. da Costa e CORRÊA R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 77-116.
- TRICARICO, Antônio. Banco Mundial, riscos e previdência social. In: *Dignidade e direitos. Seguridade social como direito universal*. Observatório da Cidadania. IBASE, 2007, pp. 44-8.